

AS CONTRIBUIÇÕES DO TRABALHO DOMÉSTICO E DE CUIDADOS DAS MULHERES RESIDENTES NO MONAF EM FILADÉLFIA (TOCANTINS, BRASIL)

CONTRIBUTIONS OF DOMESTIC AND CARING BY WOMEN RESIDING AT MONAF IN FILADÉLFIA (STATE OF TOCANTINS, BRAZIL)

Fernanda Pereira de Brito^I 

Tatiane Marinho Vieira Tavares^{II} 

^I Universidade Federal do Norte do Tocantins, Araguaína, TO, Brasil. Mestre em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais. E-mail: nanda_18brito@hotmail.com

^{II} Universidade Federal do Norte do Tocantins, Araguaína, TO, Brasil. Doutorado em Geologia Regional. E-mail: tatianetavares@uft.edu.br

Resumo: A Unidade de Conservação (UC) Integral Monumento Natural das Árvores Fossilizadas do Tocantins (MONAF), no município de Filadélfia, é um dos raros atrativos turísticos com um viés Paleontológico no estado. As pesquisas direcionadas à UC, normalmente abordam os aspectos Geológicos, Paleontológicos e Socioambientais. Nesta pesquisa, optamos em conhecer melhor uma parcela da população local, ou seja, as mulheres, por meio do trabalho que realizam. O objetivo foi apresentar as percepções das mulheres sobre as possíveis contribuições do trabalho doméstico e de cuidados não remunerado para o bem-estar das pessoas e sua relação com o desenvolvimento humano e a teoria feminista. Foi aplicada uma pesquisa qualitativa com objetivos exploratórios, tendo como procedimento técnico o estudo de caso. Participaram da entrevista 35 mulheres. Chegou-se à conclusão de que, na percepção da mulheres, o trabalho doméstico e de cuidados não remunerado das mulheres garante bem-estar e desenvolvimento para as pessoas, por meio da oferta gratuita de: alimentos, ambiente e roupas limpas, garantia de pontualidade dos outros por meio da execução das tarefas no horário necessário, diminuição da necessidade de outras pessoas realizarem esse trabalho, garantia de que as pessoas que não podem cuidar de si mesmas tenham acesso a higiene, limpeza e cuidados e também por ser uma forma de educação, etc. Essa percepção das trabalhadoras dialoga com a teoria feminista e com a concepção de desenvolvimento (SEN, 2010), na medida em que ambas as perspectivas preconizam que o bem estar e a liberdade humana não necessariamente podem ser supridos por uma renda.

Palavras-chave: Divisão sexual do trabalho. Trabalho doméstico e de cuidados. Desenvolvimento.

Abstract: The Fully Protected Area (PA) of the Natural Monument of the Fossilized Trees of Tocantins (MONAF), in the county of Filadélfia, is among the rare touristic paleontological attractions in the state. Studies in the PA usually address geological, paleontological, and socio-environmental aspects. In the present study, we decided to investigate a part of the local population better, so we studied in

DOI: <https://doi.org/10.31512/vivencias.v20i40.988>

Submissão: 06-03-2023

Aceite: 20-06-2023



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

detail the women through their work. Our objective was to present women's perceptions of the possible contributions of domestic and unpaid care work to people's well-being and their relationship to human development and feminist theory. We applied a qualitative research study with exploratory objectives, using the case study as a technical procedure. Thirty-five women participated in the interview. We concluded that women's unpaid domestic and care work ensures people's well-being and development, as predicted by feminist theory. But that the execution of these activities can distance them from the welfare and human freedoms. It was concluded that, in the women's perception, women's unpaid domestic and care work guarantees well-being and development for people, through the free offer of: food, environment and clean clothes, guarantee of punctuality of others by performing tasks at the required time, reducing the need for others to carry out this work, ensuring that people who cannot take care of themselves have access to hygiene, cleanliness and care, and also by being a form of education, etc. This perception of female workers dialogues with feminist theory and the conception of development (SEN, 2010), insofar as both perspectives advocate that well-being and human freedom cannot necessarily be supplied by income.

Keywords: Sexual division of labor. Housework and care work. Development.

Introdução

Realizado de forma não remunerada, geralmente nos lares ou no seu entorno, o trabalho doméstico e de cuidados é denominado, por exemplo, pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) como afazeres domésticos (BRUSCHINI, 2006; CARRASCO, 2008; MORENO, 2013).

O trabalho doméstico e de cuidados é considerado um trabalho na teoria feminista¹. Porém, não recebe a mesma interpretação para a economia mais tradicional, sendo meramente tratado por um não trabalho. Essa situação é identificável nos censos, nas estatísticas e na sociedade. Assim, as atividades representativas do trabalho doméstico e de cuidados são apresentadas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD, 2016) do seguinte modo:

Arrumar ou limpar toda ou parte da moradia; cozinhar ou preparar alimentos, passar roupa, lavar roupa ou louça, utilizando, ou não, aparelhos eletrodomésticos para executar estas tarefas para si ou para outro(s) morador (es); orientar ou dirigir trabalhadores domésticos na execução das tarefas domésticas; cuidar de filhos ou menores moradores; ou limpar o quintal ou terreno que circunda a residência (PNAD, 2016).

Para teóricas da corrente de pensamento da economia feminista, não considerar as atividades domésticas e de cuidados como um trabalho contribui para a desigualdade e a invisibilidade da participação econômica das mulheres. Essas atividades consomem muito tempo de quem a elas se dedicam, provocando impacto na forma como as pessoas poderiam

1 Bruschini, 2006.

participar no mercado de trabalho; e geram riquezas não monetárias tão importantes para o desenvolvimento da vida humana como as riquezas monetárias que podem advir de um trabalho remunerado (QUINTELA, 2006; ENRIQUEZ, 2012; CARRASCO, 2012; FERNANDEZ, 2018).

Nessa perspectiva é importante considerar que o trabalho produtivo, isto é, aquele que é remunerado e/ou mercantil, depende do trabalho reprodutivo, que não é remunerado e é doméstico. Os dois tipos de trabalho são necessários à manutenção da economia e da vida humana. Contudo, ainda persistem dificuldades na compreensão desta realidade (CARRASCO, 2012).

Em consideração ao exposto, optou-se por realizar uma pesquisa na Unidade de Conservação (UC) Integral Monumento Natural das Árvores Fossilizadas do Tocantins (MONAF). A UC é um dos poucos atrativos turísticos do município. Exibe reconhecimento nacional e internacional por abrigar parte da “Floresta Petrificada do Tocantins Setentrional” (IANNUZZI *et al.*, 2018; CONCEIÇÃO *et al.*, 2020; TAVARES *et al.*, 2021), está em consonância com a Política Ambiental, ao executar a Educação Ambiental e Patrimonial (MOREIRA; MAIA, 2020; TAVARES; ALENCAR; FILHO; 2020; BELEM; TAVARES; MELO, 2022) e está localizada na zona rural do município de Filadélfia (TO).

Conforme colocado por Tavares *et al.* (2016), os estudos iniciais realizados na UC destinaram-se à Paleontologia e à Geologia. Esta pesquisa, contudo, atentou-se à população local, ao promover o refinamento de informações e a construção de conhecimento de uma amostra da população residente no MONAF, referente ao trabalho doméstico e de cuidados das mulheres, que servirão como fonte de apoio à gestão da Unidade de Conservação e às políticas públicas para a cidade de Filadélfia (TO).

A atenção foi destinada às mulheres residentes na UC, e como elas têm concebido a sua atuação no campo do trabalho não remunerado. O que nos incitou a indagar: As mulheres residentes no MONAF, que realizam o trabalho doméstico e de cuidados percebem que essas atividades contribuem de alguma forma para a vida das pessoas a quem elas se dedicam?

A hipótese apresentada é que, pelos custos que este trabalho reprodutivo tem na vida das mulheres, elas consigam mensurar algum tipo de benefício que o seu trabalho proporciona à família e aos amigos, mesmo que a sociedade tradicionalmente subvalorize esse tipo de produção de riqueza não remunerada.

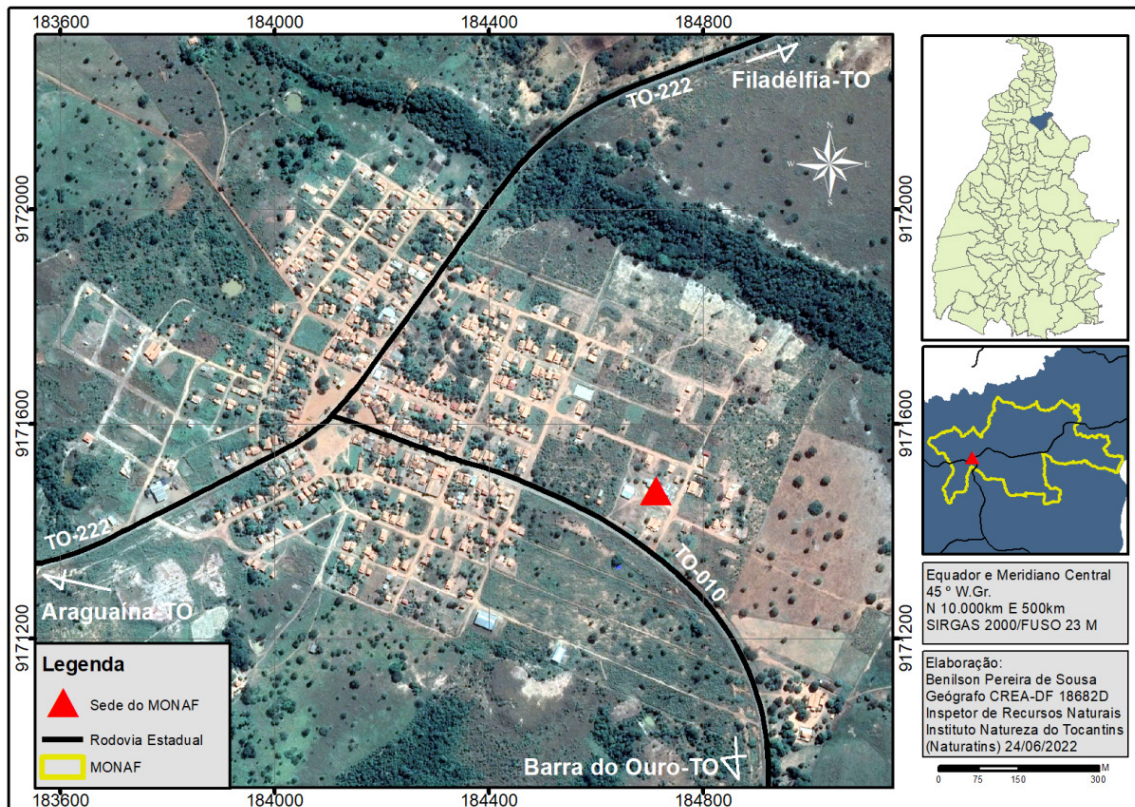
Os objetivos constituintes da pesquisa foram apresentar as percepções das mulheres que residem no MONAF em relação às possíveis contribuições do trabalho doméstico e de cuidados não remunerado para o bem-estar das pessoas e qual a relação de suas concepções com o desenvolvimento, na perspectiva de Sen (2010) e da economia feminista.

Metodologia

A sede do MONAF está localizada no distrito de Bielândia, no município de Filadélfia, na Amazônia Legal. A UC foi criada pela Medida Provisória nº 370/2000 (TOCANTINS,

2000a), e convertida na Lei Estadual nº 1.179/2000 (TOCANTINS, 2000b), com a finalidade de “proteger e conservar as diversidades biológicas e paleontológicas existentes no local” (SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE, 2005, ENCARTE 1) (Figura 1).

Figura 1. Mapa de localização do MONAF.



Fonte: Benilson Pereira de Sousa. Geógrafo e servidor público no Naturatins.

Não existe estatística exclusiva da população residente no interior e entorno do MONAF². As informações sobre a população são representativas do município de Filadélfia (TO). O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,621, considerado médio. No último Censo Demográfico (2010), o município possuía 8.505³ habitantes, a estimativa atual é de 8.892 pessoas (IBGE, 2021) e a prévia da população calculada com base nos resultados do Censo Demográfico 2022 até 25 de dezembro de 2022 para a população total do município de Filadélfia (TO) é de 10.590 (IBGE, 2022).

Destes, 19,95 % são considerados extremamente pobres e 38,81 % de pobres. Da população de 18 anos ou mais; 53,2% estavam ocupada e economicamente ativa; 39,2% estavam economicamente inativa; e 7,7% eram economicamente ativa, mas desocupada (SEPLAN, 2017).

2 A área do MONAF não engloba toda a zona rural.

3 Zona rural: 1.298 mulheres e 1.669 homens. Zona urbana: 2.737 mulheres e 2.801 homens. De acordo com o último Censo Demográfico realizado em 2010.

Conforme o Plano de Manejo (SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE, 2005, ENCARTE 1), o MONAF está dividido em áreas de zoneamento, a saber: zona histórico-cultural, zona de preservação de vida silvestre, zona de uso sustentável, zona de expansão urbana, zona de uso especial e zona de amortecimento. Os moradores estão distribuídos nos diversos zoneamentos, sendo que, alguns deles, desenvolvem a pecuária de corte e a agricultura de subsistência, hortas, canteiros e/ ou plantio de mandioca, bananas e criação de animais de pequeno porte.

As mulheres entrevistadas residem nas zonas de expansão urbana e na zona de uso sustentável. A escolha de fazer as entrevistas tanto com as mulheres da zona de expansão urbana (com características mais urbanizadas) quanto da zona de uso sustentável (características mais rurais) se deveu às peculiaridades do trabalho reprodutivo no campo e na cidade, pois na cidade esse trabalho é diferenciado do trabalho produtivo devido a obtenção de renda e uma maior valorização social do último, já no campo, essa diferenciação ocorre mais em relação ao que é “pesado” (que o homem faz) e o que é maneiro (que a mulher faz) (BUTTO *et al.*,2014).

Na zona de expansão urbana existem os comércios (padaria, mercados, farmácias, restaurantes, bares, lojas) (Figuras 1, 2A), um posto de combustível, residências, a Escola Municipal Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, a Escola Estadual Professor José Francisco dos Montes a Unidade Municipal de Saúde Antônio Marques da Mota. Localizados ao longo ou de forma contígua às rodovias estaduais TO-222 e TO-010. A sede do MONAF está na zona de uso especial. Nas demais zonas existem apenas propriedades particulares (Figura 2B), dois assentamentos da reforma agrária e um reassentamento.

Figura 2. A. Avenida (TO-010) da Zona de Expansão Urbana no MONAF. B. Fazenda visitada no trabalho de campo (Zona de uso sustentável).



Fonte: registrado pela autora em 13/07/18.

Após breve descrição estrutural do MONAF, enfatiza-se que a natureza da pesquisa é exploratória e descritiva, e, conforme o objetivo apresentado se desenvolveu por meio de uma abordagem qualitativa. Para Antônio Gil (2008), pesquisas exploratórias e descritivas servem, respectivamente, para: descrever as particularidades de determinadas populações ou fenômenos, usando técnicas padrões de coletas de dados e para construir hipóteses ou se familiarizar com

determinado problema, para explicá-lo melhor, por ainda ser pouco conhecido. Sobre a pesquisa exploratória, é comum o uso do estudo de caso, como procedimento técnico (GIL, 2002).

Assim, o método de procedimento técnico é o estudo de caso, que segundo Yin (2001, p. 32): “[...] investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”. Gil (2002) argumenta que: “[...] a experiência acumulada nas últimas décadas mostra que é possível a realização de estudos de caso em períodos mais curtos e com resultados passíveis de confirmação por outros estudos” (GIL, 2002, p. 55).

Nesta pesquisa, a coleta dos dados qualitativos e quantitativos ocorreu por meio de entrevista semiestruturada, com um roteiro de perguntas escrito de antemão, sem respostas fechadas, por meio do qual as entrevistadas falaram abertamente sobre as questões ou ainda: “[...] questões com respostas abertas, não previamente codificadas, nas quais o entrevistado pode discorrer livremente sobre o tema ou pergunta proposta” (CORTES, 2012, p. 241).

A UC está localizada na zona rural, e conforme as informações disponíveis no Censo Demográfico (2010)⁴ do IBGE, a população rural feminina era de 1.298 mulheres.

A área da UC não corresponde à totalidade da zona rural do município de Filadélfia e, assim sendo, a quantidade de mulheres levantadas pelo IBGE (2010) não corresponde à quantidade de mulheres que residem apenas na área do MONAF. Não obstante, até o presente momento, não foram encontrados documentos ou levantamentos oficiais ou científicos que estimassem ou definissem a quantidade total de pessoas residentes apenas dentro dos limites geográficos do MONAF, tampouco foi possível encontrar um número aproximado ou real de mulheres adultas residentes lá, para fornecer uma quantidade confiável e real para a definição de uma amostra estatística.

Além disso, as participantes encontram-se em parte aglomeradas na zona de expansão urbana, que pode ser acessada pelas rodovias estaduais pavimentadas (TO-222 e TO-010) sendo possível visitar a maior parte das casas, sem a necessidade de automóvel; e parte está dispersa na zona de uso sustentável, onde estão localizadas as chácaras e/ou fazendas, de difícil acesso, e que só podem ser acessadas mediante o uso de automóvel traçado e com apanhamento de um guia local.

Conforme Oliveira (2001) “O procedimento de amostragem pode ser realizado por meio de uma amostra probabilística ou não probabilística. No primeiro caso, os resultados podem ser projetáveis para a população total, já no segundo caso, os resultados não podem ser generalizados”.

Para o desenvolvimento desta pesquisa optou-se pela amostragem não probabilística, que se caracteriza por ser aquela em que as amostras são “[...]selecionadas pelo critério de

⁴ A prévia da população calculada com base nos resultados do Censo Demográfico 2022 até 25 de dezembro de 2022 para a população total do município de Filadélfia (TO) é de 10.590, os resultados do censo ainda não foram divulgados, porém a prévia não diferencia entre a população rural e a população urbana. Outras fontes foram consultadas, como os arquivos virtuais da Secretaria do Planejamento e Orçamento do Estado do Tocantins e mesmo o site da prefeitura do município, mas as informações encontradas ainda se baseiam no último censo (2010) realizado e divulgado pelo IBGE que “se constitui no principal provedor de dados e informações do país”.

intencionalidade” (GIL, p. 145, 2002) do pesquisador. Dos tipos existentes de amostra não probabilística foi utilizada a amostra intencional que: “[...] constitui um tipo de amostragem não probabilística e consiste em selecionar um subgrupo da população que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo de toda a população” (PRODANOV: FREITAS, 2013, p. 98, 99). Assim os critérios estabelecidos para participar da entrevista foram: exclusivamente mulheres, residentes no MONAF, possuir idade igual ou superior a 18 anos, executar trabalho doméstico e/ou de cuidados não remunerados, podendo ou não realizar outro trabalho que possuísse remuneração; e preferência às que se autodenominavam como “dona da casa” no ato da abordagem e do convite à participação na pesquisa por meio da entrevista.

Além desse tipo de definição de amostra foi necessário, adotar também a amostra por acessibilidade que se caracteriza assim: “O pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que esses possam, de alguma forma, representar o universo. Aplicamos esse tipo de amostragem em estudos exploratórios ou qualitativos [...]” (PRODANOV: FREITAS, 2013, p. 98). Essa utilização de amostra se deveu à inexistência de estimativa ou quantidade oficial de mulheres adultas residentes apenas na área de abrangência do MONAF que pudesse fornecer uma quantidade confiável e real para a definição de uma amostra estatística. Sendo assim, as idas a campo resultaram na aplicação de 35 entrevistas semiestruturadas. O objetivo das entrevistas foi obter os principais aspectos sociais e econômicos do trabalho doméstico e de cuidados não remunerado das mulheres que o realizam e, neste processo, observar as opiniões das mulheres sobre o trabalho que realizam.

As entrevistas foram obtidas após a apresentação e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e mediante o parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), sob o número 2702483 emitido pela Universidade Federal do Tocantins. No Termo de Consentimento Livre e Esclarecido estimou-se que cada entrevista teria aproximadamente 1 hora e 30 minutos de duração, não obstante, houve variações de tempo decorrentes da maior ou menor objetividade da pessoa questionada.

A variação temporal decorreu em função das entrevistas assumirem o tom de uma conversa casual, e as mulheres entrevistadas, além de responderem as perguntas, contarem histórias de suas vidas que tinham ou não relação com os objetivos da pesquisa.

A abordagem junto às mulheres ocorreu primeiramente com a apresentação da entrevistadora, instituição, a apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para leitura e assinatura (APÊNDICE 1) e a aplicação da entrevista. Na medida em que as mulheres eram interrogadas, a pesquisadora/entrevistadora, mantinha a escuta atenta⁵ e fazia a transcrição das respostas no roteiro de entrevista impresso. Para a apresentação dos resultados foi atribuído um nome fictício às mulheres entrevistadas.

As entrevistas começaram no período matutino e vespertino. Mas ao observar a dificuldade em entrevistar as mulheres no período da manhã, por estarem mais ocupadas com os

5 “O entrevistador deverá ser bastante habilidoso ao registrar as respostas. Deverá ter a preocupação de registrar exatamente o que foi dito. Deverá, ainda, garantir que a resposta seja completa e suficiente. Será ainda conveniente ao entrevistador ser capaz de registrar as reações do entrevistado às perguntas que são feitas [...]” (GIL, 2002, p. 118, 119).

afazeres domésticos, as entrevistas passaram a ser realizadas no período vespertino, das 14h00min às 18h00min.

As duas saídas de campo para a coleta de dados dependeram de prévio agendamento junto ao gestor do MONAF. Como já mencionado, parte das mulheres moram na zona de expansão urbana e parte na zona de uso sustentável, na zona de expansão urbana o acesso é facilitado pela proximidade com as rodovias estaduais pavimentadas, uma maior aglomeração de pessoas num espaço menor e a existência das ruas, nesse caso não houve a necessidade de ter um carro (da universidade) acompanhando. A primeira ida entre 11 e 14 de junho de 2018, resultou em 19 entrevistas feitas na zona de expansão urbana e uma na fazenda ou na zona de uso sustentável.

A segunda coleta de dados ocorreu no intervalo do dia 11 a 15 de julho de 2018, tendo como foco inicial a busca por mulheres que pudessem participar da pesquisa e que morassem nas chácaras e/ou fazendas da Unidade de Conservação (zona de uso sustentável), para este caso não era possível fazer as entrevistas sem um carro e sem a companhia de um guia local, o que resultou em um número menor de entrevistadas, devido ao tempo limitado que em que podíamos contar com o carro e o motorista, porque as residências estavam dispersas geograficamente e por muitas serem inacessíveis sem um carro traçado, recurso que não dispúnhamos.

O acesso a esses locais foi difícil devido à estrada de chão e pela dependência de transporte⁶. Em dois dias foram feitas nove entrevistas. Por outro lado, foi perceptível a hospitalidade das entrevistadas, uma vez que foram ofertados bolos, frutas, café e suco e poucas recusas em participar da pesquisa.

Outro aspecto percebido, principalmente quando as visitas ocorreram pela manhã, foi a pressa de algumas mulheres em terminar a entrevista para retomar suas atividades domésticas e/ou de cuidados. Do dia 13 ao dia 15 de julho não foi possível contar com o carro da instituição e as coletas retornaram à zona de expansão urbana do Monumento, onde foram coletadas seis entrevistas.

Algumas das perguntas que compõem a entrevista foram analisadas por meio da estatística descritiva. As demais questões, por exigirem um refinamento subjetivo das respostas, foram apreciadas por meio das técnicas do método de Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011). A Análise de Conteúdo pode ser entendida como: “[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações” (BARDIN, 2011, p. 37) o que inclui o conteúdo de entrevistas. Ou mais detalhadamente como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (BARDIN, 2011, p. 47).

No que condiz a esta pesquisa, fez-se o uso da análise categorial ou análise temática, que investiga certos temas presentes em uma comunicação, ou seja: “Funciona por operações

6 O transporte foi concedido pela Universidade e houve a necessidade de custear diárias para um guia local que pudesse conduzir a pesquisadora nas fazendas e/ou chácaras nos dias 11 e 12 de julho de 2018.

de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamento analógicos” (BARDIN, 2011, p. 201).

A categoria derivada para esta pesquisa foi relativa às contribuições do trabalho doméstico e de cuidados não remunerado. Para isso, filiou-se à fundamentação teórica da economia feminista e do desenvolvimento por meio de liberdades, de Amartya Sen. A primeira tem como pressuposto a ideia de que o trabalho reprodutivo é tão essencial e importante para a vida humana quanto o produtivo. O segundo, afirma que as necessidades das pessoas não podem ser supridas apenas a partir de uma renda (QUINTELA, 2006; SEN, 2010; CARRASCO, 2012; FERNANDEZ, 2020).

Após a categoria principal ser gerada, as respostas foram agrupadas; foram realizadas várias leituras do material, por meio das quais foi constatado que embora norteada por um tema central, as respostas individuais das mulheres precisariam ser fragmentadas para a geração de subcategorias que representassem os subtemas das suas falas. Assim, após o crescimento dos subtemas e o conseqüente agrupamento em subcategorias, houve uma contagem, em cada categoria, para saber a quantidade de mulheres que faziam parte de cada subtema. Como última etapa do processo de organização da análise de conteúdo, foram realizadas mais leituras da categoria e subcategorias e das falas a elas correspondentes para caso existissem, fossem eliminadas e reagrupadas aquelas que tivessem um mesmo sentido, obedecendo à regra da “exclusividade das categorias” (BARDIN, 2011).

Divisão sexual do trabalho

A divisão sexual do trabalho pode ser entendida a partir de dois princípios: a separação e a hierarquização. A separação consiste na concepção de que existem trabalhos naturais para o homem desempenhar e outros que são naturais para a mulher. Nessa percepção, homens e mulheres nascem com capacidades e papéis distintos a executarem na sociedade.

O princípio da hierarquização, por sua vez, preconiza que o trabalho destinado a cada um dos sexos tem valores diferentes. Assim, as atividades destinadas aos homens têm sido consideradas mais importantes do que as das mulheres. Deste modo, os homens têm se dedicado mais a esfera pública, ao trabalho remunerado e produtivo; e as mulheres têm se voltado mais à esfera privada, ao trabalho não remunerado e reprodutivo (HIRATA; KERGOAT, 2007; HIRATA *et al.*, 2009).

Embora essa configuração sexual do trabalho esteja, ao longo dos anos, passando por mudanças nos papéis de homens e mulheres, ainda predomina a sua base relacionada aos dois princípios (HIRATA *et al.*, 2009).

Como exemplo, tem-se o deslocamento das mulheres para o mercado de trabalho, com atuação na vida pública, produtiva e remunerada. Mesmo na condição de provedora e/ou contribuinte igualitária na renda familiar, as atividades reprodutivas como o cuidado com a casa e a família continuam sendo incumbência das mulheres. Isso demonstra que a revolução não se

deu no ambiente doméstico, pelo menos não de forma expressiva (SOUSA; GUEDES, 2016, p. 123).

Essa situação gera sobrecarga de trabalho às mulheres. As mulheres brasileiras, têm uma carga horária de trabalho superior a dos homens (SABBATO *et al.*, 2009, p. 18; FARIA *et al.*, 2009; SOUSA; GUEDES, 2016; PNAD CONTÍNUA, 2019), o que leva a entender que:

A saída do lar e as conquistas cada vez mais visíveis no âmbito público representaram uma revolução incompleta, uma vez que as mulheres ainda assumem praticamente sozinhas as atividades do espaço privado, o que perpetua uma desigual e desfavorável divisão sexual do trabalho para elas (SOUSA; GUEDES, 2016, p. 125).

Conforme dados disponíveis na Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios Contínua (2019) as mulheres ocupadas dedicavam, em média, 18,5 horas semanais às atividades domésticas e/ou de cuidados enquanto os homens dedicavam apenas 10,4 horas semanais. Uma diferença de 8,1 horas a mais para as mulheres. Em relação à população não ocupada, a diferença de dedicação entre os sexos era ainda maior. As mulheres não ocupadas dedicavam, em média, 24,0 horas semanais e os homens não ocupados apenas metade, em média, 12,1 horas semanais.

A partir de dados como esses é possível notar que a sobrecarga de trabalho na vida das mulheres conduz a duplas jornadas. E gera impacto negativo tanto na vida econômica como na saúde física e mental.

Essa desigualdade na responsabilidade para com o trabalho doméstico e de cuidados impacta na qualidade e quantidade da inserção das mulheres no mercado de trabalho (FONTOURA; GONZALEZ, 2009; CARRASCO, 2012; IPEA, 2017). Segundo Butto *et al.* (2014, p. 108): “Quanto mais alguém se dedica às tarefas domésticas e ao cuidado, menor sua condição de assumir as atividades de produção e de comercialização”.

Para gerar um equilíbrio entre o trabalho doméstico e/ou de cuidado não remunerado e um trabalho remunerado, é comum que as mulheres procurem trabalhos com horários mais flexíveis, ou mesmo atividades informais que não as impeçam de se dedicar aos cuidados da casa e da família.

Para cuidar dos filhos: “[...] elas procuram emprego em tempo parcial e com mais flexibilidade, elementos que estão relacionados à informalidade e à precarização” (MORENO, 2013, p. 56). De modo que, ao assumir esse tipo de trabalho, as mulheres acabam se colocando em uma situação de permanente desvantagem econômica em relação aos homens, como a de ter uma média salarial mais baixa.

Há, portanto, a geração de um conflito. Entre se dedicar às atividades com a casa e a família (tido como lugar da mulher) ou a um trabalho remunerado. Sousa e Guedes (2016, p. 127) aduzem que:

Em geral, isso não acontece com os homens que têm como *trade-off* mais comum a opção entre trabalho e lazer. Essa naturalização dos distintos lugares sociais que devem ser assumidos por homens e mulheres faz que a “opção” das mulheres seja de forma comum por mais família e menos trabalho remunerado.

Assim, ainda persiste uma concentração maior de mulheres em atividades não remuneradas, dedicando-se mais ao espaço doméstico. É necessário dizer que, quando as mulheres não conseguem dividir ou delegar “suas responsabilidades domésticas” com a família, o Estado e o mercado, elas ficam impedidas de participar no mercado de trabalho ou das atividades econômicas. Elas não conseguem romper com as desigualdades que sofrem dentro de casa e na sociedade, por terem menos poder de decisão em suas vidas e na vida de suas famílias (FONTOURA; GONZALEZ, 2009; SEN, 2010).

Esse menor poder de decisão advém do princípio da hierarquia de funções baseadas no sexo que preconiza uma importância social e econômica maior para quem se dedica mais às atividades produtivas e remuneradas.

Nessa perspectiva, quanto menos a mulher participa das atividades produtivas e remuneradas, menor é a sua capacidade de se livrar das desigualdades econômicas e sociais. Mesmo ela sendo a maior realizadora do trabalho reprodutivo e não remunerado, esse é ainda um trabalho considerado de menor importância.

Por outro lado, há uma corrente da economia que considera o trabalho produtivo e reprodutivo como interligados e igualmente importantes para o sustento da vida humana e da própria economia, conforme apresentado, a seguir.

Economia feminista

Isso existe? É assim que muitas vezes as pessoas reagem ao conceito de economia feminista (QUINTELA, 2006, p. 4).

A economia feminista parte do pressuposto de que o trabalho produtivo e reprodutivo, a economia monetária e não monetária são interdependentes. Essa vertente difere das concepções tradicionais que adotam os princípios de hierarquia e separação do trabalho baseados no sexo.

Nesta perspectiva econômica, homens e mulheres podem atuar na realização de atividades produtivas e reprodutivas, não existindo “trabalho de homem” e “trabalho de mulher”. Os trabalhos desenvolvidos no âmbito doméstico de forma não remunerada não são considerados menos importantes do que aqueles executados na esfera pública de forma remunerada.

A economia feminista é entendida como uma corrente do pensamento econômico, situada no campo da economia Heterodoxa, que critica a postura androcêntrica de alguns estudos econômicos e propõe a ampliação do que é tradicionalmente considerado econômico (ENRIQUEZ, 2012; FERNANDEZ, 2019). Ela é norteada pelo conceito de gênero que compreende:

[...] uma construção histórica e social que associa um conjunto de papéis e valores com um e outro sexo, implicando certa hierarquia entre eles, determinando o que a sociedade considera ‘feminino’ e ‘masculino’, e posicionando o que é feminino de maneira subordinada ao que é masculino (ENRIQUEZ, 2012, p. 133).

E transcende a constatação de desigualdades econômicas entre homens e mulheres no mundo do trabalho. Segundo Quintela (2006, p. 13), a economia feminista surgiu na década

de 1970, século XX, momento em que: “[...] cresceram as formulações críticas com novas abordagens para as ciências econômicas a partir do feminismo, questionando tanto a escola neoclássica como a marxista”. A consolidação ocorre na década de 1990 (FARIA, 2009).

Além da ampliação do que é considerado econômico, um dos principais questionamentos da economia feminista à escola neoclássica diz respeito à adoção do homem econômico ou *homo economicus* como “o indivíduo padrão de seus estudos” (ENRIQUEZ, 2012; FERNANDEZ, 2018; ANTONETTE; ROHENKOHL, 2020).

Tal indivíduo possuiria um conjunto de características “universais” que representariam a espécie humana, no entanto, as economistas feministas argumentam que tal objeto de estudo embora seja considerado sem as variáveis de sexo, de orientação sexual, de raça, de idade ou de nacionalidade, representa, na verdade:

[...] um ser humano homem, branco, adulto, heterossexual, sadio. O homem econômico não é negro, nem latino, nem imigrante, nem criança, nem portador de deficiência, nem velho e, é claro, também não é mulher (ENRIQUEZ, 2012, p. 135).

Nesta concepção neoclássica, assim como a esfera produtiva aparece como independente da esfera reprodutiva, o modelo padrão do indivíduo que participa desse sistema e dos principais estudos em economia assim o é.

A economia feminista tem adotado uma visão diferente da visão androcêntrica e da economia clássica. A visão androcêntrica é uma “[...] construção de noções e teorias que tomam a experiência dos homens como universal, ao ocultar e/ou desconsiderar as experiências das mulheres” (MORENO, 2013, p. 15).

Deste modo, a economia feminista não considera econômico apenas aquilo que é monetário. Para viver, as pessoas têm necessidades essenciais (comida feita, roupa lavada, ambiente limpo, cuidados) que transcendem o que pode ser comprado ou vendido no mercado.

Um exemplo são os salários. Estes, em muitos casos, não são suficientes para pagar serviços domésticos ou de cuidados nas fases de dependência, como a infância e a velhice; ou mesmo alguns tipos de cuidados que não poderiam ser comercializados dados à sua subjetividade.

Em outras palavras, para uma pessoa viver dignamente:

[...] requiere una tarea inmensa de cuidados continuados que se desarrolla en el ámbito doméstico, que hasta ahora ha sido llevado a cabo mayoritariamente por mujeres y nunca podrá ser mercantilizado o colectivizado por completo (CARRASCO; TELLO, 2013, p. 19).

Quando os serviços domésticos ou de cuidados não são obtidos pela insuficiência das rendas ou mesmo pela indisponibilidade no mercado, eles são supridos no lar, por meio da execução do trabalho doméstico e de cuidados não remunerado, e executados predominantemente pelas mulheres.

Apresentados os argumentos da economia feminista, ela afirma existir uma interdependência entre a economia monetária e não monetária e entre o trabalho produtivo e reprodutivo:

Para a economia feminista, a economia monetária depende da economia não monetária por razões óbvias: os salários pagos são insuficientes e as famílias dependem do trabalho realizado no âmbito doméstico além de as relações afetivas e emocionais essenciais para o ser humano também não poderem ser adquiridas no mercado (CARRASCO, 2012, p. 13, 14).

Desconsiderar essa interdependência, ou julgar como menos importante o trabalho doméstico e de cuidados não remunerado contribui para a invisibilidade das pessoas que o realizam e do trabalho em si que é tão essencial para a vida humana quanto o trabalho produtivo e remunerado.

Assim, uma das contribuições da economia feminista é reconhecer e justificar a interdependência que existe entre o trabalho produtivo remunerado, e o trabalho reprodutivo não remunerado desempenhado nos lares, executado predominantemente por mulheres (QUINTELA, 2006; ENRIQUEZ, 2012; MORENO, 2013; FERNANDEZ, 2020).-

Desenvolvimento e liberdade

Amartya Sen (2010) concebe a ideia de um desenvolvimento que tenha a expansão das liberdades humanas como um fim e como um meio. A liberdade como um fim é aquela com um papel constitutivo, chamada de liberdade substantiva. A liberdade como um meio é aquela com um papel instrumental, denominada de liberdade instrumental. A liberdade substantiva pode ser caracterizada a partir das capacidades de:

[...] ter condições de evitar privações como a fome, a subnutrição, a morbidez evitável e a morte prematura, bem como as liberdades associadas a saber ler e fazer cálculos aritméticos, ter participação política e liberdade de expressão etc. (SEN, 2010, p. 55).

Sen (2010) exemplifica que, mesmo uma pessoa que tenha renda alta, pode ser impedida de participar na política de seu país, e, a partir disso, passa por uma privação de liberdade constitutiva. A liberdade instrumental pode ser entendida “[...] como diferentes tipos de direitos, oportunidades e intitamentos [*entitlements*] contribuem para a expansão da liberdade humana em geral e, assim, para a promoção do desenvolvimento” (SEN, 2010, p. 56, 57, itálico do autor). Como exemplos dessa liberdade citamos a capacidade de escolher os governantes, ter liberdade de expressão, poder “utilizar recursos econômicos com propósitos de consumo, produção ou troca”, ter oportunidades sociais etc. (SEN, 2010, p. 58-60).

A teoria de desenvolvimento proposta por Sen (2010) exhibe um olhar às mulheres. O autor argumenta que na condição de agentes livres, com acesso à educação e ao trabalho remunerado, elas tendem a ser mais autônomas: “[...] trabalhar fora de casa e auferir uma renda independente tende a produzir um impacto claro sobre a melhora da posição social da mulher em sua casa e na sociedade” (SEN, 2010, p. 249).

Essa mudança na posição social da vida das mulheres acontece a partir do momento em que elas adquirem uma renda, e a contribuição delas para a prosperidade da família se torna visível, e condiciona a um aumento no poder de decisão.

Sen (2010) corrobora com os argumentos da teoria feminista de que, embora as mulheres se dediquem muito às atividades domésticas, este trabalho costuma ser desconsiderado quando se calcula o quanto cada um contribuiu para a riqueza da família.

Embora o trabalho doméstico não seja considerado importante para a prosperidade da família e nem a prática do mesmo favoreça uma igualdade de participação das mulheres na sociedade, para a economia feminista, ele é fundamental para o desenvolvimento, na medida em as pessoas têm necessidades que vão além da obtenção de uma renda. Assim como em um processo de desenvolvimento com foco expansão das liberdades.

As contribuições da economia feminista estão edificadas em reconhecer o trabalho não remunerado como importante à família, à sociedade e ao mercado de trabalho, e discutir e solucionar a desigual divisão sexual do trabalho. A economia feminista faz oposição a essa conjuntura que prevalece na sociedade, e que prejudica quantitativamente e qualitativamente a inserção das mulheres nas atividades produtivas.

Tais atividades, por sua vez, são apontadas como importantes mecanismos de conquista da liberdade e da igualdade das mulheres (CARRASCO, 2008; MELO; SABBATO, 2009; SPECHT, 2009; MORENO, 2013). Assim:

Emancipar a mulher é desenvolver. Compreender que é fundamental pra a sociedade que a mulher tenha condições equitativas de trabalho, renda, educação, saúde, cidadania etc. é essencial para alcançarmos uma sociedade mais justa e com melhores condições de vida (PEREIRA, 2012, p. 435).

Um processo de desenvolvimento que tenha na expansão das liberdades humanas o seu fim e meio, precisa considerar que aspectos sociais e econômicos aumentam ou reduzem a liberdade das mulheres.

Apresentação e discussão dos resultados

Nesta seção serão apresentados os resultados e as discussões relativos aos objetivos da pesquisa. No tópico *O perfil socioeconômico das mulheres do MONAF* serão apresentadas as características de idade, estado civil, escolaridade e trabalho das participantes da pesquisa e qual a relação da característica trabalho com os levantamentos e pesquisas oficiais baseados no sexo. Nos tópicos *As contribuições do trabalho doméstico* e *As contribuições do trabalho de cuidados* serão exibidas as percepções das mulheres sobre os possíveis benefícios ou contribuições que o trabalho não remunerado têm na vida delas mesmas ou das pessoas que moram com elas. Aqui, conseqüentemente, será respondida a questão de se as mulheres percebem ou não a importância do seu trabalho. No final do tópico, as percepções das mulheres sobre o trabalho doméstico e de cuidados não remunerados serão relacionadas com o conceito de desenvolvimento e bem-estar de Sen (2010) e da economia feminista (QUINTELA, 2006; ENRIQUEZ, 2012; CARRASCO, 2012).

O perfil socioeconômico das mulheres do MONAF

As mulheres entrevistadas possuíam idade média de 39 anos, sendo que a mais nova delas tinha 18 anos e a mais velha 65 anos. O nome das mulheres mencionadas é fictício e suas idades correspondentes constam no APÊNDICE 1.

Os estados civis mais comuns foram o de **casada: 12 mulheres**; solteira: 10 mulheres; ou o que definiram como “morando junto”: 7 mulheres, sendo esta uma situação em que a pessoa tem relacionamento com a outra, mora na mesma casa, mas sem vínculo formal.

A escolaridade variou entre não alfabetizada a portadora de pós-graduação. Sendo os graus mais expressivos os de: **ensino fundamental incompleto: 31%** das mulheres; **ensino médio completo: 26%** das mulheres e **ensino superior completo: 20%** das mulheres.

Em relação ao trabalho, quando indagadas sobre qual era a sua principal ocupação, mais da metade respondeu ser **dona de casa: 51 % das mulheres**, ou, 18 das 35 mulheres.

Esta informação corrobora com os levantamentos do IPEA (2017) e da PNAD (Contínua, 2019) que confirmam que cerca de 90% das mulheres ou mais, dedicam-se principalmente às atividades domésticas. Além disso, por meio da PNAD (2016) é possível, também, constatar que apenas 48,0%, das mulheres de 15 anos ou mais se encontravam ocupadas economicamente, ou seja, menos da metade das mulheres possuem um trabalho remunerado. No MONAF, por meio dos resultados obtidos, é possível inferir que a ocupação predominante das mulheres é aquela que não lhes garante renda monetária.

Além das informações referentes aos órgãos de pesquisa supracitados, a teoria feminista tem discutido o predomínio da divisão sexual do trabalho que destina as mulheres às funções reprodutivas (ENRIQUEZ, 2012; HIRATA *et al.*, 2009; SOUSA; GUEDES, 2016; FERNANDEZ, 2020). Essa situação é presente entre as mulheres entrevistadas do MONAF.

Para que serve o trabalho doméstico e de cuidados não remunerado das mulheres do MONAF

Para a teoria feminista e, mais precisamente, para a economia feminista, o trabalho reprodutivo (doméstico e de cuidados), mesmo realizado de forma gratuita e sendo pouco reconhecido, produz riquezas essenciais para o bem-estar e para a reprodução da vida humana.

Partindo de tais assertivas, buscou-se inquirir as concepções que as mulheres do MONAF têm sobre o trabalho reprodutivo que realizam gratuitamente, na busca de ter ciência se elas acreditam que esse trabalho contribui ou não para o bem estar das pessoas com quem convivem. Além disso, essas percepções foram relacionadas ao conceito de desenvolvimento e bem-estar de Sen (2010) e da economia feminista.

As contribuições do trabalho doméstico

Das 35 mulheres entrevistadas, 32 delas afirmaram acreditar que o trabalho reprodutivo que realizam gratuitamente contribui para o bem estar ou boa vida de outras pessoas além delas

mesmas. Uma mulher negou essa contribuição por morar sozinha, e ser só ela a beneficiada, e duas não souberam justificar. As categorias e subcategorias de respostas estão na tabela 1.

Tabela 1. As contribuições do trabalho doméstico das mulheres do MONAF

A importância do trabalho doméstico das mulheres do Monaf				
Categoria	Subcategoria 1	Freq.	Subcategoria 2	Freq.
Contribuições do trabalho doméstico	Contribui	32	Não contribui	3
	Alimentação, roupas ou ambientes limpos	22	Mora sozinha	1
	Assegura a pontualidade alheia	8	Não soube responder	2
	Diminui a responsabilidade de outra pessoa com o trabalho doméstico	1		
	A prática ensina outras pessoas	1		
	Total			

Fonte: elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa.

Houve predomínio em afirmar que o trabalho doméstico tem contribuições para outros, por meio da oferta de **alimentação, roupas e ambientes limpos** para outras pessoas. Ao questionarmos Katarina (54 anos, 2018) ela respondeu enfaticamente: “E como! Mulher, mas só de você já receber a comida ali pronta... já é muita coisa”. Osilene (23 anos, 2018) também explicou que: “Oia, o almoço que eu faço, eles come. A cama que eu arrumo, eles dormem. O banheiro, as vazias (utensílios), a roupa que eu lavo...”.

Bruna (36 anos, 2018) argumenta sobre o que entende da importância do trabalho doméstico que executa: “Já começa pelo boião (comida) que se eu não fizer, eles não come... a roupa também, se eu não lavar, eles não vão...”.

O segundo subgrupo de respostas que sobressai na tabela 1 é: Porque **Assegura a pontualidade alheia**. Resposta de oito mulheres. Essa pontualidade é necessária para os filhos que vão para a escola ou para outros membros da família, como o marido. Para este, existe um controle temporal consciente de saída e retorno do trabalho remunerado que possui. Nas palavras de uma delas:

Porque assim... quando assim, por exemplo, tenho uma menina que vai pro colégio aí quando ela chega é bom ter a comida feita... o meu marido também trabalha e quando ele chega, ter uma comida feita, uma roupa pra vestir... tudo isso é bom (LAYANE, 31 ANOS, ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA, 2018).

De modo que o rigor, em relação ao tempo, na realização das atividades domésticas ou de cuidados contribui para o alcance da pontualidade exigida no trabalho remunerado, na escola e em outras atividades na esfera pública. Ou seja, não basta executar as atividades reprodutivas é preciso que estas ocorram na hora certa.

Assim para as mulheres do MONAF participantes dessa pesquisa, o trabalho doméstico contribui ou ajuda as pessoas com quem elas convivem de diversas formas: por meio da oferta gratuita de alimentos preparados, ambiente e roupas limpas, assegurando a pontualidade, diminuindo a necessidade de outras pessoas (que às vezes estudam ou trabalham) realizarem esse trabalho não remunerado, etc. Essa percepção das mulheres em relação às contribuições do trabalho doméstico não remunerado dialogam com os pressupostos da teoria feminista que preconiza que a provisão do trabalho mencionado equivale à geração de uma riqueza não monetária sem a qual não é possível viver e sem a qual nem o próprio mercado pode se sustentar devido a necessidade de mão de obra que só se torna pronta para tal a partir da relação que possui com o trabalho reprodutivo desde quando se é um bebê (QUINTELA, 2006; CARRASCO, 2012; ENRIQUEZ, 2012; CARRASCO; TELLO, 2013, p. 19). Na perspectiva do desenvolvimento como liberdade (SEN, 2010), as liberdades substantivas que uma pessoa deve ter, vão além daquilo que pode ser obtido por meio de uma renda o que pode incluir aquilo que é desenvolvido no âmbito doméstico por mulheres como as do MONAF que asseguram, entre outras coisas: alimentação e a possibilidade de participação na vida pública.

As contribuições do trabalho de cuidados

Embora a entrevista tenha sido realizada com 35 mulheres, destas, apenas 15 afirmaram realizar algum trabalho de cuidados. Assim, todas as 15 mulheres que realizam algum tipo de cuidado gratuito (com crianças, idosos ou enfermos) acreditam que esse é um trabalho que contribui ou é importante para o bem-estar ou boa vida das pessoas que o recebem. Apenas uma mulher não soube explicar a importância (Tabela 2).

Tabela 2. As contribuições do trabalho de cuidados das mulheres do MONAF

A importância do trabalho de cuidados das mulheres do Monaf		
Categoria	Subcategorias	Freq.
	Garante serviços de higiene, limpeza e cuidados	11
Contribuições do trabalho de cuidados	Uma forma de educação	3
Total		14

Fonte: elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa

A principal subcategoria derivada é a de que no contexto das mulheres do MONAF, as contribuições dos cuidados ocorrem por meio da garantia de **Serviços de higiene, limpeza, cuidados**, resposta de 11 mulheres. Esses serviços são dispensados a outras pessoas que não podem ou têm dificuldade de fazer elas mesmas, como crianças e idosos.

Por meio das respostas das entrevistadas, observamos que o cuidado com a limpeza e a manutenção da casa é um item subordinado ao cuidado que se dedica a uma pessoa. Observe, por exemplo, a resposta de Joana (43 anos, 2018): “Assim porque... você tá ajudando outras pessoas é bom. Minhas amigas, a minha mãe que é idosa, uma vez por semana eu limpo a casa dela...”. Essa entrevistada, em alguns momentos, afirma ficar com os filhos de suas amigas para que estas possam participar de eventos de entretenimento e cuida, também, da mãe idosa. Quando interrogada sobre porque acreditava que o trabalho de cuidados que fazia para sua tia era importante, Osilene (23 anos, entrevista semiestruturada, 2018) respondeu que: “É importante porque ela não anda, a gente ajuda ela a sentar, banhar...”.

Ser **Uma forma de educação** é a segunda subcategoria que expressa a contribuição dos cuidados na percepção das mulheres. Juciléia (22 anos, 2018) explica sobre algumas das sutilezas de cuidados que tem com o filho: “Quanto mais eu dar amor à ele, mais amor ele vai ter com os outros. Agora, se eu for agressiva com ele, aí ele vai ser agressivo com os outros”.

Na percepção das mulheres do MONAF, o trabalho de cuidados não remunerado que executam também é importante e contribui para bem estar das pessoas à sua volta de diversas formas: garante que as pessoas tenham acesso a higiene, limpeza e cuidados e também é uma forma de educação seja ao ensinar como se portar na sociedade, seja transmitindo aquilo que se sabe fazer para os mais novos.

Na perspectiva da economia feminista, o cuidado que é dispensado gratuitamente às crianças e aos jovens, é o que possibilita questionar o indivíduo neutro idealizado pela economia tradicional: sem relação de dependências com ninguém como se nunca tivesse sido criança ou velho e muito menos adoecesse (ENRIQUEZ, 2012; FERNANDEZ, 2018).

É possível perceber, na fala das mulheres do MONAF, que a necessidade de mão-de-obra disponível no mercado depende do trabalho reprodutivo, na medida em que, sem determinados cuidados, as pessoas não alcançariam o ideal de sujeito adulto e independente pensado pela economia mais tradicional, pois antes de ser adulto muitos cuidados precisam ser dispensados: alimentar esse indivíduo quando ainda é criança, vestir, cuidar de sua saúde, ensinar como lidar com os semelhantes, cuidar do seu desempenho nas atividades que se propõe a fazer, prover carinho, etc. (QUINTELA, 2006; ENRIQUEZ, 2012; CARRASCO, 2012; FERNANDEZ, 2018). As subcategorias apresentadas exemplificam que o desenvolvimento cognitivo e afetivo do ser humano está atrelado à atenção e aos cuidados que ele recebe. A projeção de um sujeito adulto e independente, defendido pela economia tradicional, depende do cuidado.

De modo geral, as mulheres do MONAF exibem a percepção de que o trabalho doméstico ou de cuidados que executam tem importância e contribui para o bem-estar ou para uma boa vida das pessoas que com elas convivem.

A partir da exposição dos enunciados das mulheres é possível notar pontos de convergência entre as práticas, ou seja, o que elas executam e concebem e alguns pressupostos da teoria feminista. É o caso, por exemplo, de que: nos lares existe a produção de bens e serviços gratuitos que são essenciais à humanidade.

As relações de trabalho são dependentes das relações que se constituem no ambiente doméstico. A economia monetária depende da não monetária, e o ideal do *homo economicus*, ou do indivíduo autônomo só se concretiza a partir da oferta de atividades domésticas e de cuidados gratuitos sem as quais ele não vive (FARIA, 2009; CARRASCO; TELLO, 2013; MORENO, 2013; FERNANDEZ, 2018).

Para as mulheres do MONAF, a importância do trabalho doméstico e de cuidados está vinculada principalmente a oferta de produtos e de serviços básicos que as pessoas precisam no dia a dia, quais sejam: estar alimentado, usar roupas limpas, estar em ambiente limpo e arrumado, poder contar com ajuda para higienizar o próprio corpo quando não se é mais capaz de fazer isso sozinho, entender normas sociais de convivência e praticá-las, aprender a socializar com outros seres humanos quando se é uma criança e em outras faixas etárias, ser responsável em relação às obrigações, como a de chegar de forma pontual na escola, no trabalho ou aonde precisar.

Mesmo voltando-se para outras perspectivas, como a da expansão das liberdades humanas de Sen (2010), é ainda possível compreender o papel que o trabalho reprodutivo pode ter no bem-estar das pessoas.

Para Sen (2010) o bem-estar não está imediatamente relacionado à obtenção de uma renda monetária, e, sim, com a satisfação das necessidades. Essas necessidades podem ser entendidas como aquelas já mencionadas pela teoria feminista: se alimentar (mesmo quando não se é capaz de fazer isso sozinho), receber cuidado “corporal, emocional, afetivo”, entre outras (CARRASCO, 2012).

Desse modo, as contribuições, do trabalho doméstico e de cuidados não remunerado, percebidas pelas mulheres do MONAF se inter-relacionam com a perspectiva feminista. Essa inter-relação se apresenta na forma como as mulheres produzem riqueza não monetária essencial para o bem-estar e reprodução da vida humana, mesmo quando persiste a invisibilidade desse trabalho, que na economia tradicional nem é considerado um trabalho.

Existe, também, uma relação com a perspectiva de desenvolvimento proposta por Sen (2010), quando ele constata que as pessoas têm necessidades que não necessariamente são supridas pela renda e, sim, por meio das capacidades, como a de não sofrer privações como a fome. Algumas liberdades são obtidas por meio do trabalho das mulheres, ao prover um tipo de riqueza que não pode ser totalmente obtida ou ofertada por meio do mercado, seja pela insuficiência de renda das pessoas para pagar alguém que faça tais tarefas, seja pela subjetividade dos cuidados.

Considerações finais

Considerando o questionamento da pesquisa, “as mulheres residentes no MONAF, que realizam o trabalho doméstico e de cuidados percebem que essas atividades contribuem de alguma forma para a vida das pessoas a quem elas se dedicam?” O que se constatou por meio da aplicação da entrevista é que, para a maioria dessas mulheres, o trabalho doméstico e de cuidados

não remunerado que executam, ajuda ou contribui para o bem-estar das pessoas que convivem com elas. Resultados que corroboram com a hipótese apresentada na pesquisa.

Em relação ao objetivo de apresentar as percepções das mulheres que residem no MONAF em relação às possíveis contribuições do trabalho doméstico e de cuidados não remunerado para o bem-estar das pessoas, essas percepções foram: oferta gratuita de alimentos, ambiente e roupas limpas, garantia de pontualidade dos outros por meio da execução das tarefas no horário necessário, diminuição da necessidade de outras pessoas (que às vezes estudam ou trabalham) realizarem esse trabalho não remunerado, garantia de que as pessoas que não podem cuidar de si mesmas (por serem bebês, crianças, doentes ou idosas) tenham acesso a higiene, limpeza e cuidados e também ser uma forma de educação, etc.

Sobre a ligação das concepções das mulheres do MONAF com o desenvolvimento, na perspectiva de Sen (2010) e da economia feminista, o que se tem é que na perspectiva da economia feminista e do desenvolvimento como liberdade, o trabalho reprodutivo (doméstico e de cuidados) produz uma riqueza essencial para o sustento da vida humana e compõe o conjunto de satisfação das necessidades que as pessoas podem ter e que nem sempre podem ser supridas por uma renda. Como se alimentar na hora certa para poder trabalhar ou estudar, receber cuidados quando não se pode cuidar de si mesmo, ter ambientes e roupas limpas, ter higiene, não sofrer privações como a fome, aprender como viver em sociedade.

Contudo, é necessário refletir que, concomitante ao desenvolvimento que elas proporcionam à sua comunidade, por meio do bem-estar, elas são alijadas de grande parte desse bem-estar e do ideal de expansão das liberdades humanas. Essa situação se constata na medida em que o trabalho reprodutivo que elas fazem, exige, às vezes, muito tempo de dedicação, de modo que prejudica o tempo de participação que poderiam ter no mundo público e na conquista de liberdades essenciais, como: trabalhar fora de casa, ter renda, poder se dedicar aos estudos e também dividir as atividades reprodutivas equitativamente entre os membros da família.

Os resultados apresentados constituem parte de dissertação de mestrado encerrada em 2019⁷. Eles podem ser importantes por fornecerem subsídios às políticas públicas destinadas às mulheres. Especialmente as políticas que levam em consideração os argumentos apresentados pela economia feminista e o desenvolvimento como expansão das liberdades humanas que dialogam pela emancipação e valorização das mulheres.

Referências

ANTONETTE, Amanda Krein; ROHENKOHL, Júlio Eduardo. Origens e influências da economia feminista: uma análise bibliométrica e de conteúdo. **Textos de Economia**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 1-28, jan./jul., Universidade Federal de Santa Catarina, 2020. <https://doi.org/10.5007/2175-8085.2020.e71527>. Disponível em: <https://antigo.periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/view/2175-8085.2020.e71527>. Acesso em: 9 jan. 2019.

⁷ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2ª reimpressão da 1ª edição, 2011.

BELEM, A.R. da S.; TAVARES, T.M.V.; MELO, A. da S. Geoconservação aplicada ao Patrimônio Paleontológico em cidade pequena da Amazônia Legal: percepção do gestor quanto a eficiência da divulgação do MONAF, Filadélfia (TO). In: **ANAIS do XIX ENANPUR**, Blumenau, p. 1-25, 2022.

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não remunerado? **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 331-353, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://www.rebep.org.br/revista/article/view/221>. Acesso em: 9 jan. 2018.

BUTTO, Andréa; DANTAS, Conceição; HORA, Karla; NOBRE, Miriam; FARIA, Nalu (org.) **Mulheres rurais e autonomia: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos territórios da cidadania**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014, 132p.

CARRASCO, Cristina. “Por uma economia não androcêntrica: debates e propostas a partir da economia feminista”. In: **Trabalho doméstico e de cuidados: por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana**. SILVEIRA, Maria Lúcia; TITO, Neuza (Orgs). São Paulo: SOF, 2008.

CARRASCO, Cristina. **Estatísticas sob suspeita: proposta de novos indicadores com base na experiência das mulheres**. Tradução José Valenzuela Perez. São Paulo: SOF Sempre Viva Organização Feminista, 2012.

CARRASCO, Cristina; TELLO, Enric. **Apuntes para una Vida Sostenible. In: Xarxa de Consum Solidari y Marcha Mundial de las Mujeres**. Tejiendo alianzas para una vida sostenible Consumo crítico, feminismo y soberanía alimentaria. Barcelona, setembro de 2013. Disponível em: https://xarxaconsum.org/wp-content/uploads/2019/02/Tejiendo_alianzas.pdf. Acesso em: 9 jan. 2018.

CONCEIÇÃO, D. M. da; TAVARES, T. M. V.; CISNEROS, J. C.; KURZAWA, F.; ALENCAR, M. de A.; FILHO, M. P.; SILVA-MELO, A.; AIRES, H. A. Geoconservation of Permian Petrified Forests from Northeastern Brazil. In: IANNUZZI R., RÖßLER R., KUNZMANN L. (Ed) **Brazilian Paleofloras**. Springer, Cham. 2020. https://doi.org/10.1007/978-3-319-90913-4_13-1.

CORTES, Soraya M. Vargas. “Como fazer análise qualitativa de dados”. In: **Técnicas de pesquisa em economia: transformando curiosidade em conhecimento**. Organização: BÊRNI, Duilio de Avila. São Paulo, Saraiva, 2012.

ENRIQUEZ, Corina Rodríguez. “Análise econômica para a igualdade: as contribuições da economia feminista”. In: **Orçamentos sensíveis a gênero: conceitos**. JÁCOME, Márcia Laranjeira; VILLELA, Shirley. Brasília, ONU Mulheres, 2012. Disponível em: <https://www.>

onumulheres.org.br/publicacoes/orcamentos-sensiveis-a-genero-conceitos/. Acesso em: 01 ago. 17.

FARIA, Nalu. “Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural”. In: **Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. DI SABBATO, Alberto; MELO, Hildete Pereira de; LOMBARDI, Maria Rosa; FARIA, Nalu. Organização de Andrea Butto. Brasília: MDA, p. 11-28, 2009.

FERNANDEZ, Brena Paula Magno. Economia feminista: metodologias, problemas de pesquisa e propostas teóricas em prol da igualdade de gêneros. **Revista de Economia Política**, vol. 38, nº 3 (152), pp. 559-583, julho-setembro/2018. <https://doi.org/10.1590/0101-35172018-2815>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/hK9fwgQzytLqMh77BL7JBPF/>. Acesso em: 01 Ago. 22.

FERNANDEZ, Brena Paula Magno. Teto de vidro, piso pegajoso e desigualdade de gênero no mercado de trabalho brasileiro à luz da economia feminista: por que as iniquidades persistem? **Rev. Cadernos de Campo** | Araraquara | n. 26 | p. 79-103 | jan./jun. 2019 | E-ISSN 2359-2419. DOI Prefix: 10.47284/cadern. . Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/12951/8501>. Acesso em: 01 ago. 22.

FERNANDEZ, Brena Paula Magno. Economia Feminista: um enquadramento teórico-metodológico voltado para a sustentabilidade da vida e a reprodução social. **Textos de Economia**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 1-6, jan./jul., Universidade Federal de Santa Catarina, 2020. <https://doi.org/10.5007/2175-8085>. Disponível em: <https://antigo.periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/view/2175-8085/43890>. Acesso em: 01 ago. 22.

FONTOURA, Natália de Oliveira; GONZALEZ, Roberto. **Aumento da participação de mulheres no mercado de trabalho: mudança ou reprodução da desigualdade?** IPEA: mercado de trabalho, 2009. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4014>. Acesso em: 14 mai. 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; DOARÉ, Hélène Le; SENOTIER; Danièle (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, 2007.

IANNUZZI, Roberto.; NEREGATO, Rodrigo.; CISNEROS, Juan. C.; ANGIELCZYK, Kenneth. D.; RÖßLER Ronny; ROHN, Rosimarie.; MARSICANO, Claudia.; FRÖBISCH, Jorg.; FAIRCHILD, Thomas.; SMITH, Roger. M. H.; KURZAWE Francine; RICHTER, Marta.; LANGER, Max. C.; TAVARES, Tatiane. M. V.; KAMMERER, Christian. F.; CONCEIÇÃO, Domingas. M.; PARDO, Jason. D.; ROESLER, Guilherme. A. 2018. “Re-evaluation of the Permian macrofossils from the Parnaíba Basin: biostratigraphic,

palaeoenvironmental and palaeogeographical implications”. **Geological Society**, n. 472, p. 223-249, July, 2018. doi.org/10.1144/SP472.14.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades e Estados. **Filadélfia (TO)**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/to/filadelfia.html>. Acesso em 11 dez. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Prévia da população calculada com base nos resultados do Censo Demográfico 2022 até 25 de dezembro de 2022**. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2022/Previa_da_Populacao/POP2022_Municipios_20230619.pdf. Acesso em 16 jun. 2023.

INSITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Mercado de trabalho: conjuntura e análise**. Brasília: Ministério do Trabalho, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10297>. Acesso em: 14 mai. 2018.

INSITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça – 1995 a 2015. 2017**. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_retrato_das_desigualdades_de_genero_raca.pdf. Acesso em 01 ago. 17.

MOREIRA, Lucas, L., MAIA, Ana.C.R. A educação ambiental no Monumento Natural das Árvores Fossilizadas do Tocantins. **Revista Sítio Novo**, v.4, n. 1. p. 217-231. 2020. <http://dx.doi.org/10.47236/2594-7036.2020.v4.i1.217-231p>. Disponível em: <https://sitionovo.ifto.edu.br/index.php/sitionovo/article/view/366/129>. Acesso em: 14 jul. 2021.

MORENO, Renata Faleiros Camargo. **Além do que Se Vê, Uma Leitura das Contribuições do Feminismo Para a Economia**. Dissertação (mestrado em Ciências Humanas e Sociais) UFABC – Universidade Federal Do ABC, 2013.

OLIVEIRA, Tânia. M.V. de. **Amostragem não probabilística: Adequação de situações para uso e limitações de amostras por conveniência, julgamento e quotas**. Administração on line, v. 2, n. 3. 2001. Disponível em: https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/veludo_amostragem_nao_probabilistica_a_dequacao_de_situacoes_para_uso_e_limitacoes_de_amostras_por_conveniencia.pdf. Acesso em 08 ago.18.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIO. **Síntese de indicadores 2015**. IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. 108 p. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=298887>. Acesso em: 08 ago.18.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA. **Outras formas de trabalho 2019**. Disponível em: liv101722_informativo.pdf (ibge.gov.br). Acesso em: 11 dez. 2021.

PEREIRA, Amanda Gonçalves. **Divisão sexual do trabalho: limitação à igualdade de gênero e ao Desenvolvimento**. 2012. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/liti/ocs/index.php/17redor/17redor/paper/download/375/211>. Acesso em: 10 mai.18.

QUINTELA, Sandra. **Economia Feminista e Economia Solidária: sinais de outra economia**. Rio de Janeiro, PACS – Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul, 2006.

SABBATO, Alberto Di; MELO, Hildete Pereira de; LOMBARDI, Maria Rosa; FARIA, Nalu. Organização de Andrea Butto. **Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. Brasília: MDA, 2009. Disponível em: <https://repositorio.iica.int/handle/11324/19444>. Acesso em: 15 fev. 19.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE. **Plano De Manejo Do Monumento Natural Das Árvores Fossilizadas Do Estado Do Tocantins**. Governo do Estado do Tocantins, 2005. Informações gerais da UC. (Encartes: 1, 4). Disponível em: <http://gesto.to.gov.br/uc/44/documentos/> Acesso em 01 mar. 2018.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO. **Perfil Socioeconômico dos Municípios**. Governo Do Estado Do Tocantins, 2017. Disponível em <https://central3.to.gov.br/arquivo/340160/>. Acesso em 15 jun. 17.

SEN, Amartya; tradução Laura Teixeira Motta. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SPECHT, Analine Almeida. **Economia Feminista**. Cadernos Brasil Local: Desenvolvimento e Economia Solidária, Suplemento Julho, a. 2009, p. 04-12. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://portal.mda.gov.br/o2776316&ved=0ahUKEwje-NiRo9DVAhWivJAKHSuGCrkQFggdMAA&usq=AFQjCNH98IA5cJHErm56RI6W2dj6supYdA>. Acesso em 21 jun. 17.

SOUSA, Luana passos de; GUEDES, Dyeggo Rocha. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década . **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 30, n. 87, p. 123-139, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/119119>. Acesso em: 15 fev. 2023.

TAVARES, Tatiane. M. V., AIRES, Hermísio. A., PIRES, Etiene. F., ROHN, Rosemarie. “Monumento Natural das Árvores Fossilizadas do Tocantins: Contribuições e Desafios”. **Revista Desafios**, v. 3, n. 2, p. 51-64, Doi.org/10.20873/uft.2359-3652.2016v3n2p51, 2016. Acesso em 18 dez. 2020.

TAVARES, Tatiane Marinho Vieira; ALENCAR, Marina de Alcântara; FILHO, Miguel Pacífico. Monumento Natural das Árvores Fossilizadas do Tocantins (MONAF): política pública ambiental e patrimonial. **Revista Humanidades & Inovação**, v. 7, n.14, p. 225-244, 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/3428>. Acesso em 18 dez. 2020.

TAVARES, T.M.V. *et al.* Proteção do Patrimônio Fossilífero - Natureza jurídica do Monumento Natural das Árvores Fossilizadas do Tocantins. *In: Espaços especialmente*

protegidos e o Direito Ambiental. Org. CRESTANA, S.; CASTELLANO, E.G.; ROSSI, A. Brasília. Embrapa. vol. 4. p. 667-691, 2021.

TOCANTINS (Estado). Lei Estadual nº 1.179/2000, de outubro de 2000 a. **Cria na área que especifica o Monumento Natural das Árvores fossilizadas do estado do Tocantins.** Ano XII – Palmas, 18 de outubro de 2000, Diário Oficial do Estado do Tocantins, n.º 981, p. 21.455. Tocantins 2000.

TOCANTINS (Estado). **Medida Provisória nº 370 de 11 de setembro de 2000b** e alterada por Lei nº 1.179, de 4 out. 2000. Diário Oficial do Estado do Tocantins, nº 981, Tocantins 18 out. 2000b.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** Daniel Grassi. 2 ed. Porto Alegre : Bookman, 2001.